

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.416 - RJ  
(2019/0010690-1)**

**RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE : BANCO ITAUCARD S.A.**  
**OUTRO NOME : FININVEST S/A DISTRIBUIDORA DE TIT E VAL  
MOBILIARIOS**  
**ADVOGADO : ANTONIO CHAVES ABDALLA E OUTRO(S) - DF019032**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

## **EMENTA**

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. DÍVIDA ATIVA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 489 DO CPC/15. INEXISTÊNCIA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR JURISPRUDÊNCIA DO STJ. OFENSA AOS ARTS. 151 E 204 AMBOS DO CTN. AUSÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Trata-se, na origem, de embargos à execução fiscal objetivando a desconstituição do crédito tributário a título de contribuição social e a conseqüente extinção da respectiva execução fiscal. Na sentença, julgou-se improcedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi mantida. Nesta Corte, se conheceu do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

II - Sobre a apontada violação ao art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015, o recurso não comporta provimento. Da leitura da fundamentação do acórdão recorrido, verifica-se que o cerne da controvérsia foi enfrentada pelo Tribunal de origem, não havendo que se falar em afronta ao art. 489, § 1º, do CPC/2015.

III - O Superior Tribunal de Justiça tem sedimentado o entendimento no sentido de que o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão.

IV - Ademais, o que se verifica, na espécie, é que a alegação de ofensa ao art. 489, § 1º, do CPC/2015 não pode ser utilizada com o condão de suprir a necessidade de interposição tempestiva dos embargos declaratórios, não se consubstanciando sucedâneo recursal em face da suposta omissão do Tribunal de origem, no caso, quanto à consideração das provas produzidas. Confirmam-se: EDcl no AgInt no AREsp n. 1.196.863/DF, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 12/3/2019, DJe 18/3/2019;

V - Acerca da indicada ofensa aos arts. 151, II, e 204, ambos do CTN, o recurso não comporta seguimento. Verifica-se que a irresignação do recorrente, acerca do afastamento da

# *Superior Tribunal de Justiça*

presunção de legitimidade e liquidez da CDA, bem como da demonstração da suspensão da exigibilidade do crédito em razão do depósito judicial realizado, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu que o recorrente não apresentou qualquer documento hábil a contrariar os cálculos da Fazenda Pública ou comprovar a alegação de que teria realizado o depósito integral do débito. Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

VI - Agravo interno improvido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator